

DIFERENÇAS REGIONAIS NA EVASÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: FATORES DETERMINANTES E DESAFIOS

Janaine de Sousa Pontes ¹
Daniele da Silva Ferreira Medeiros ²
Claudia Medeiros ³
Amanda de Moraes da Silva ⁴
Rafaela de Moura Cassiano Silva ⁵
Mariana Rodrigues de Almeida ⁶

RESUMO

A evasão no ensino superior é um fenômeno complexo que afeta a qualificação da mão de obra e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Este estudo tem como objetivo analisar as principais diferenças regionais nas taxas de evasão, considerando fatores como infraestrutura educacional, condições socioeconômicas e políticas públicas do ensino superior. A pesquisa utiliza dados do Censo da Educação Superior, fornecidos pelo INEP, para comparar a evasão entre as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, observando variações entre instituições públicas e privadas, cursos presenciais e a distância, além da influência de programas de financiamento estudantil como FIES e Prouni durante o ano de 2023. Os resultados evidenciam que a taxa de evasão no ensino superior é influenciada por fatores regionais, exigindo políticas educacionais mais adaptadas às necessidades locais correspondente a cada ecossistema. Regiões com maior vulnerabilidade socioeconômica necessitam de medidas que ampliem o acesso e fortaleçam a permanência estudantil, como programas de assistência financeira, suporte acadêmico e estratégias de ensino flexíveis. Já em áreas mais desenvolvidas, a evasão pode estar mais associada a oportunidades de trabalho e desmotivação acadêmica, demandando iniciativas direcionadas para a integração entre estudo e mercado de trabalho. Assim, é fundamental que as políticas públicas sejam formuladas com base nas especificidades de cada região, garantindo uma educação superior mais inclusiva e sustentável.

Palavras-chave: Evasão universitária, Desigualdade regional, Ensino superior, Políticas educacionais, Financiamento estudantil.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, janaine.pontes.092@ufrn.edu.br

² Doutora pelo Curso de Geofísica Espacial do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, d.s.f.medeiros@gmail.com;

³ Doutora pelo Curso de Geofísica Espacial do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, ms.claudiamedeiros@gmail.com;

⁴ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, amanda.moraes.100@ufrn.edu.br;

⁵ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, rafaela.moura.700@ufrn.edu.br;

⁶ Professor orientador: Doutora, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção - UFRN, almeidamariana.ufrn@gmail.com.



A evasão no ensino superior brasileiro permanece como um desafio público de alta relevância, com impactos diretos sobre a formação de capital humano, a equidade social e a eficiência do gasto educacional. Embora a expansão do acesso tenha se intensificado nas últimas duas décadas — pela interiorização das IES públicas, pela diversificação institucional e pela massificação da educação a distância (EaD) —, a permanência e a conclusão seguem distribuídas de forma desigual no território. As diferenças regionais refletem assimetrias históricas de infraestrutura, renda, inclusão digital e oferta de serviços estudantis, além de heterogeneidades na composição de cursos, modalidades e categorias administrativas. Nesse contexto, compreender como e por que a evasão se manifesta de modo distinto em Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul é condição necessária para orientar políticas mais eficazes e territorialmente sensíveis.

Do ponto de vista conceitual, este estudo reconhece a utilidade dos modelos de permanência baseados em integração acadêmica e social, mas adota uma leitura ampliada que incorpora condicionantes socioeconômicos, institucionais e territoriais salientados pela literatura recente. Assim, parte-se do pressuposto de que a evasão resulta da interação entre: (i) restrições materiais (custos privados, trabalho durante o curso, acesso a transporte, moradia e alimentação); (ii) condições acadêmico-pedagógicas (disciplinas-núcleo, nivelamento, desenho instrucional na EaD); e (iii) arranjos institucionais e de financiamento (assistência estudantil, FIES/ProUni), todos modulados pelas especificidades regionais.

O objetivo é analisar comparativamente as diferenças regionais na evasão do ensino superior no Brasil, destacando fatores determinantes e desafios de política. Para tanto, realiza-se uma análise documental, comparativa e exploratória de relatórios públicos do Censo da Educação Superior 2023 (INEP/MEC), com ênfase em recortes por região, modalidade (presencial/EaD) e categoria administrativa (pública/privada), bem como em menções oficiais a financiamento estudantil e assistência à permanência. A opção por fontes secundárias agregadas assegura transparência e reprodutibilidade, ainda que não permita estimativas causais ou testes estatísticos finos com microdados.

O estudo oferece uma síntese interpretativa regionalizada dos achados oficiais mais recentes, explicitando padrões e assimetrias que ajudam a explicar por que a evasão tende a ser mais elevada em contextos de maior vulnerabilidade (notadamente no Norte e Nordeste) e mais associada à integração acadêmica e ao mercado de trabalho em



territórios mais desenvolvidos (Sul e Sudeste). Ao final, discute-se um cardápio de diretrizes para políticas diferenciadas por região, alinhadas às evidências documentais.

METODOLOGIA

Este estudo foi reconfigurado para um desenho documental, comparativo e exploratório, orientado à identificação de padrões regionais de evasão no ensino superior brasileiro sem uso de microdados. A base empírica consiste em relatórios públicos, sinopses estatísticas e painéis de indicadores do Censo da Educação Superior 2023 (INEP/MEC), complementados por normativos e documentos oficiais referentes a FIES e Prouni. A opção por fontes secundárias públicas visa garantir reprodutibilidade, transparência e aderência ao objetivo de mapear diferenças regionais quando a disponibilidade de bases individualizadas é limitada

A estratégia analítica seguiu três movimentos. Primeiro, realizou-se análise documental dos relatórios e notas técnicas do INEP, com extração sistemática de informações sobre distribuição regional de matrículas, concluintes, modalidade (presencial/EaD), categoria administrativa (pública/privada) e grandes áreas de formação. Em seguida, procedeu-se à organização temática dos achados em categorias analíticas previamente definidas, a saber: (i) condições socioeconômicas e de infraestrutura (acesso digital, transporte, serviços estudantis); (ii) arranjos institucionais (modalidade, área do curso, interiorização); e (iii) dispositivos de acesso e permanência (financiamento estudantil, assistência acadêmica). Por fim, conduziu-se uma comparação interpretativa entre regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), buscando convergências e assimetrias que ajudem a explicar variações de evasão reportadas em nível agregado pelos documentos oficiais.

Critérios de inclusão: documentos oficiais publicados pelo INEP/MEC referentes ao Censo 2023; relatórios nacionais com recortes regionais; normativos e relatórios públicos de FIES/Prouni com menções a permanência/conclusão. Critérios de exclusão: peças sem recorte regional explícito, materiais opinativos ou não oficiais e estudos sem indicação de fonte/ano. Para validade e confiabilidade, adotou-se triangulação de fontes (sinopse + relatório técnico + painel) e checagem cruzada de categorias com a literatura recente sobre evasão e permanência no Brasil, assegurando coerência conceitual entre documento e interpretação.



Do ponto de vista ético, utilizaram-se apenas dados públicos e agregados, sem qualquer identificação individual. As limitações decorrem da ausência de microdados (o que impede testes estatísticos formais, estimação de modelos e mensuração de intervalos de confiança) e da dependência de recortes disponibilizados pelo INEP (nem sempre homogêneos entre documentos). Em contrapartida, o delineamento documental permite mapear tendências robustas e produzir sínteses comparativas úteis à formulação de políticas regionais de permanência. Assim, os resultados e a discussão são apresentados de forma qualitativa-analítica, enfatizando tendências, contrastes e vínculos explicativos entre contexto regional, modalidade, categoria administrativa e instrumentos de financiamento/assistência.

REFERENCIAL TEÓRICO

A evasão no ensino superior brasileiro é um fenômeno multidimensional e profundamente marcado pelas desigualdades regionais que estruturam o país. Embora o acesso à educação superior tenha se expandido nas últimas décadas, especialmente após a interiorização das universidades federais e a massificação do ensino a distância, a permanência estudantil continua desigualmente distribuída entre as regiões. Essa desigualdade deriva da interação entre fatores socioeconômicos, condições institucionais, infraestrutura educacional e políticas públicas, exigindo análises que ultrapassem interpretações unificadas e considerem as especificidades territoriais.

Do ponto de vista teórico, o modelo de Tinto (2012) sobre permanência estudantil, centrado na integração acadêmica e social, permanece como referência, mas apresenta limitações quando aplicado ao contexto brasileiro. Como apontam Silva Filho et al. (2007), a evasão no Brasil não pode ser compreendida apenas pelas relações estabelecidas no ambiente universitário, pois é profundamente condicionada por desigualdades estruturais, como renda, escolaridade dos pais, inserção precoce no trabalho e limitações de infraestrutura. Assim, autores contemporâneos defendem a necessidade de expandir o modelo de Tinto para incorporar dimensões territoriais e socioeconômicas específicas, sobretudo no Norte e Nordeste, regiões historicamente vulneráveis.

A literatura recente destaca que a evasão tende a ser maior em regiões com menor disponibilidade de serviços públicos essenciais, insuficiência de transporte, acesso restrito a equipamentos digitais e baixa qualidade do ensino médio, fatores que



contribuem para defasagem escolar e dificuldades de adaptação ao ensino superior (Cruz; Bierhalz, 2024). Lima, Oliveira e Santos (2023) reforçam que desigualdades socioeconômicas regionais explicam parte significativa das diferenças entre taxas de evasão, com destaque para a interação entre vulnerabilidade financeira e necessidade de conciliar estudo e trabalho, especialmente no Nordeste e Norte. Em regiões mais desenvolvidas, como Sudeste e Sul, a evasão frequentemente é associada a oportunidades de trabalho mais imediatas, desmotivação acadêmica e fraca articulação entre universidade e mercado profissional.

Outro elemento central para compreender a heterogeneidade regional é a expansão da educação a distância (EaD). Estudos recentes indicam que a evasão na EaD é sistematicamente mais alta que no presencial, e mais pronunciada em regiões com infraestrutura digital precária, como o Norte (INEP, 2023). Cunha (2020) observa que estudantes com dificuldades de acesso à internet, baixa autonomia acadêmica e falta de suporte pedagógico estão mais propensos à desistência em cursos remotos, o que amplia desigualdades inter-regionais.

As políticas de financiamento estudantil também influenciam os padrões regionais. A literatura aponta que o FIES teve impacto relevante na expansão das matrículas privadas entre 2010 e 2015, especialmente no Nordeste e Centro-Oeste, mas sua retração posterior aumentou a evasão nesses mesmos territórios (Finamor, 2022). Zeidan et al. (2023) destacam que políticas como Prouni contribuem para ampliar o ingresso de estudantes de baixa renda, mas não garantem a permanência quando não articuladas a medidas de suporte institucional e assistência estudantil.

Dessa forma, os autores convergem ao afirmar que a evasão no ensino superior brasileiro é inseparável das desigualdades regionais e das condições estruturais que moldam cada ecossistema local de ensino. A permanência depende não apenas das características institucionais das universidades, mas também de fatores macroestruturais, como acesso a políticas sociais, mercado de trabalho, condições econômicas regionais e qualidade da educação básica. Assim, compreender as diferenças regionais na evasão exige uma abordagem que integre dimensões econômicas, pedagógicas, territoriais e institucionais, reconhecendo que estratégias homogêneas são insuficientes para garantir equidade no ensino superior.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental dos relatórios do Censo da Educação Superior 2023 evidencia que as diferenças regionais na evasão não são apenas quantitativas, mas estruturais. As informações disponibilizadas pelo INEP mostram que a evasão apresenta padrões específicos em cada região, refletindo desigualdades históricas, variações no grau de desenvolvimento econômico e diferentes condições de acesso e permanência no ensino superior.

De forma geral, as regiões Norte e Nordeste se destacam com os maiores índices de evasão relatados nos documentos oficiais. Os relatórios apontam que esses territórios concentram os maiores desafios em termos de infraestrutura educacional, acesso digital, transporte público e oferta de assistência estudantil — fatores amplamente associados ao abandono em estudos de referência (Cruz; Bierhalz, 2024). Nessas regiões, a evasão tende a estar vinculada não apenas à dificuldade financeira, mas também a barreiras logísticas e acadêmicas, como longas distâncias até os campi, carência de laboratórios, escassez de programas de tutoria e menor qualidade do ensino médio.

No Centro-Oeste, o padrão é intermediário. Os documentos sugerem que a região apresenta instabilidade associada à expansão de cursos EaD e ao peso significativo do setor privado. A dependência proporcionalmente maior de programas como FIES e Prouni também é mencionada como variável relevante, especialmente após a redução dos financiamentos na segunda metade da década de 2010 — tendência destacada também por Finamor (2022) e reforçada em análises de Zeidan et al. (2023).

Já Sudeste e Sul apresentam os menores índices de evasão segundo os dados agregados. Nessas regiões, os documentos oficiais indicam maior estabilidade institucional, melhor cobertura de assistência estudantil, infraestrutura consolidada e maior proporção de cursos presenciais com suporte pedagógico estruturado. Estudos como Lima, Oliveira e Santos (2023) corroboram que, em territórios mais desenvolvidos, a evasão tende a se relacionar menos com necessidades econômicas e mais com fatores como desmotivação, integração acadêmica limitada ou oportunidades de ingresso rápido no mercado de trabalho.

A modalidade EaD aparece em todas as regiões como aquela com maior vulnerabilidade à evasão, mas os documentos mostram que essa tendência é particularmente acentuada no Norte. O INEP destaca que, em regiões com baixo acesso à internet de qualidade, a evasão na EaD aumenta significativamente, reforçando



disparidades regionais. Esses achados dialogam diretamente com Cunha (2020), que destaca a relação entre autonomia acadêmica, conectividade precária e desistência em cursos remotos.

Em relação à categoria administrativa, os relatórios mostram que instituições privadas apresentam maiores dificuldades de retenção nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O peso das mensalidades, a retração de políticas de financiamento e a maior proporção de estudantes trabalhadores são fatores frequentemente mencionados nos documentos, reforçando o caráter socioeconômico da evasão nessas regiões. Nas instituições públicas, embora a evasão também exista de forma significativa, os documentos apontam maior estabilidade em regiões mais desenvolvidas, onde programas de assistência estudantil estão mais consolidados.

Os achados reforçam, portanto, que a evasão está profundamente ligada às condições estruturais de cada território. Em regiões menos desenvolvidas, aspectos como precariedade logística, menor oferta de suporte institucional e vulnerabilidade socioeconômica criam um ecossistema de risco elevado. Já em regiões mais desenvolvidas, o fenômeno tende a assumir características mais acadêmicas e menos estruturais, aproximando-se do modelo teórico de Tinto (2012) sobre integração acadêmica.

Em síntese, a documentação do INEP evidencia que não existe um “perfil único” de evasão, mas sim padrões regionais distintos, sustentados por fatores sociais, econômicos, institucionais e culturais. Por isso, políticas homogêneas de combate à evasão apresentam baixa efetividade. As evidências reforçam a necessidade de políticas diferenciadas por região, adaptadas às condições locais, e articuladas aos desafios específicos de cada ecossistema educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame documental do Censo da Educação Superior 2023 confirma que a evasão no ensino superior brasileiro é um fenômeno estruturalmente territorializado. As desigualdades históricas de infraestrutura, renda, conectividade e oferta de serviços estudantis conformam ecossistemas regionais distintos de permanência: Norte e Nordeste concentram restrições materiais e institucionais que elevam o risco de abandono (com destaque para a EaD em contextos de baixa inclusão digital e longas distâncias até os campi), enquanto Sul e Sudeste apresentam patamares mais estáveis,



onde a evasão se associa com maior frequência a fatores de integração acadêmica, motivação e atração do mercado de trabalho. O Centro-Oeste ocupa posição intermediária, sensível à expansão da EaD e à dinâmica do setor privado.

Do ponto de vista propositivo, os achados indicam que políticas nacionais de caráter uniforme tendem a subótima efetividade. Recomenda-se, portanto, um cardápio regionalizado de intervenções, com três linhas prioritárias: (i) mitigação de restrições materiais (assistência estudantil contínua para moradia, alimentação e transporte; recomposição de mecanismos de financiamento como FIES/ProUni; ampliação de bolsas e auxílios vinculados à permanência); (ii) fortalecimento pedagógico (tutoria e monitorias dirigidas, nivelamento nas disciplinas-núcleo, desenho instrucional robusto para EaD e modelos híbridos com acompanhamento próximo); (iii) governança por dados (painéis de coortes, indicadores mínimos de retenção/progressão, protocolos de alerta precoce e avaliação custo-efetiva das ações por perfil de estudante, curso, modalidade e região). Em territórios de menor infraestrutura, a prioridade recai sobre inclusão digital e logística (conectividade, transporte e serviços no campus); em regiões mais desenvolvidas, sobre engajamento acadêmico, aprendizagem ativa e integração universidade-trabalho (estágios de qualidade, trilhas e microcredenciais).

Este estudo contribui ao explicitar que a equidade na conclusão demanda políticas que operem simultaneamente no acesso e na permanência, articulando financiamento, suporte pedagógico/psicossocial e desenho curricular responsivo. Como limitações, reconhece-se o uso de fontes secundárias públicas e agregadas, o que impede mensurações causais e testes estatísticos finos. Para pesquisas futuras, recomenda-se: (a) estudos longitudinais por coortes com microdados; (b) avaliações quasi-experimentais de programas de permanência; (c) investigações qualitativas sobre trajetórias de estudantes em risco; e (d) análises por área de conhecimento e modalidade com recorte regional. Em suma, reduzir a evasão com justiça territorial requer políticas diferenciadas, orientadas por evidências e monitoradas continuamente, para que o ensino superior brasileiro avance de um acesso ampliado para uma conclusão inclusiva e sustentável em todo o país.

AGRADECIMENTOS



A autora agradece à UFRN, à CAPES e ao CNPq pelo apoio institucional e pelo incentivo essencial à pesquisa e à produção científica no Brasil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J.; VELOSO, A.; PINHO, R. Políticas de permanência estudantil nas universidades federais: desafios e impactos na trajetória acadêmica. *Educação e Sociedade*, v. 43, p. 1-20, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2023**. Brasília: INEP/MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CRUZ, L. S.; BIERHALZ, C. D. K. Fatores associados à evasão e permanência no ensino superior: desigualdades e vulnerabilidades estudantis. *Meta: Avaliação*, v. 16, n. 48, p. 1-19, 2024.

CUNHA, M. S. Determinantes da evasão no ensino superior: uma análise da trajetória estudantil no Brasil. *Avaliação*, v. 25, n. 1, p. 98-123, 2020.

FINAMOR, L. Labor market conditions and college graduation: evidence from Brazil. *Economics of Education Review*, v. 88, p. 1-15, 2022.

FREITAS E SILVA, P. T.; SAMPAIO, L. Políticas de permanência estudantil no Brasil: revisão sistemática e análise crítica. *Revista de Administração Pública*, v. 56, n. 2, p. 230-254, 2022.

LIMA, R.; OLIVEIRA, T.; SANTOS, A. Perfil discente, desigualdades regionais e permanência universitária: evidências brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Educacionais*, v. 18, n. 2, p. 45-62, 2023.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. A evasão no ensino superior brasileiro: um estudo sobre causas e consequências. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

TINTO, V. *Completing College: Rethinking Institutional Action*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

ZEIDAN, R. et al. Racial and income-based affirmative action in higher education admissions: lessons from the Brazilian experience. *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 210, p. 1-17, 2023.

